

EDUCAÇÃO E CIDADANIA: UM OLHAR SOBRE O MANIFESTO DE 1932

EDUCATION AND CITIZENSHIP: A LOOK AT THE 1932 MANIFESTO

Cristiane Silva Mélo*

Najla Mehanna Mormul**

Maria Cristina Gomes Machado***

RESUMO

Este artigo discute a educação como elemento de formação para a cidadania, visto como indispensável à garantia dos direitos sociais, à constituição da democracia e ao desenvolvimento do espírito de civismo e amor à pátria. Para tanto, toma-se como foco de investigação o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, considerando-o um significativo documento publicado em 1932, redigido por Fernando de Azevedo e subscrito por 25 educadores. Esse documento se dirigia ao Povo e ao Governo, propondo a reconstrução educacional no Brasil, e discutia os problemas vivenciados para a difusão da escola pública com a criação de um Sistema Nacional de Ensino. A educação foi expressa como “direito” de todos. O programa de educação exposto no manifesto fundamentou-se na ideia de formação integral e natural do indivíduo, que devia ser conscientizado sobre seus deveres para com a sociedade e a nação brasileira. Esta deveria fomentar a noção de que todos, independentemente da situação econômica, teriam deveres para com a sociedade. Assim o trabalho, a disciplina, a cooperação e a solidariedade eram elementos fundamentais a serem cultivados. Estimulava-se a exacerbação do sentimento altruísta com vistas ao bem comum.

Palavras-chave: História da Educação. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Educação e cidadania.

ABSTRACT

This article discusses education as part of training for citizenship, also seen as something indispensable to guarantee social rights, the establishment of democracy and development of the spirit of patriotism and love for the country. The investigation focuses is the *New Education Pioneers Manifest*, considering it a significant document published in 1932, written by Fernando de Azevedo and signed by 25 other educators. This document was addressed to the People and the Government; it proposed the reconstruction of education in Brazil and discussed the problems experienced with the dissemination of public schools with the creation of a National System of Education. Education was expressed as a “right” to everyone. The education program outlined in the *manifesto* was based on the idea of natural and integral formation of the individual in order to make one conscious of his/her duties towards society and the Brazilian nation. This should encourage the notion that everyone, regardless their economic status, would have

* Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

** Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

*** Professora do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

duties to society. Therefore, work, discipline, cooperation and solidarity were key elements to be cultivated. One was encouraged to develop altruistic feelings with a view to the common good.

Keywords: History of Education. Manifest of the New Education the Pioneers (1932). Education and citizenship.

Introdução

O campo educacional no Brasil, nas décadas iniciais do século XX, possuía inúmeros problemas, como o alto índice de analfabetismo e a desistência escolar. A sociedade brasileira passava por significativas mudanças nos âmbitos político, econômico, cultural e social. Um grupo de intelectuais, por solicitação do chefe de governo, Getúlio Vargas, apresentou, em março de 1932, um documento, expresso como manifesto, expondo propostas com vistas à solução dos problemas da educação do país. Na defesa da unidade da educação, propôs-se, sobretudo, a “reconstrução educacional no Brasil”, por meio da organização do ensino em seus diversos níveis, expressando a urgente necessidade da criação de um Sistema Nacional de Ensino no país.

O *Manifesto* divulgou ideários da Escola Nova e destacou a educação como algo fundamental para a civilização social. O programa de educação exposto no manifesto se baseou na ideia de formação integral e natural do indivíduo, que deveria ser conscientizado em relação aos seus deveres para com a sociedade e a nação brasileira. Esta, por sua vez, deveria fomentar a noção de que todos possuíam direitos e deveres para com a sociedade. Dessa forma, indaga-se: O trabalho, a disciplina, a cooperação e a solidariedade seriam elementos essenciais a serem cultivados, de maneira a estimular a exacerbação do sentimento altruísta, visando ao bem comum?. Este artigo¹ objetiva discutir a questão da educação como elemento de formação para a cidadania, fundamentando-se na concepção de educação e ensino presente no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, de 1932.

O referido texto encontra-se dividido em três partes. A primeira remete a uma discussão acerca da sociedade brasileira e a debates nos campos educa-

cional e cultural nas décadas iniciais do século XX. A segunda apresenta a concepção de educação expressa no *Manifesto* de 1932, ao destacar as finalidades da educação explicitadas pelos signatários do documento e a concepção de ensino, vista sob a perspectiva escolanovista e compreendida, nessa discussão, como um “meio” prático para a formação do indivíduo para a vida em sociedade. Finalmente, na terceira parte, discute-se a educação como elemento importante à garantia dos direitos sociais e à fundamentação da democracia, sendo esta vista como necessária à formação do cidadão nacional, no que tange ao desenvolvimento do espírito de civismo e do amor pela pátria. Para tanto, tomou-se como foco o Manifesto de 1932, no qual se debate a educação relacionada à moral e ao civismo como fim último da educação.

O debate educacional e cultural no Brasil nas décadas iniciais do século XX

O Brasil, na década de 1920, vivenciou profundas mudanças nos campos social, político, econômico e cultural. O período de 1919 a 1930 foi marcado pela crise da dominação oligárquica. Na definição de rumos para o país, a República – caracterizada pela predominância de proprietários rurais, sobretudo de fazendeiros de café – desenvolveu oposição política em relação ao domínio político oligárquico. A cafeicultura passou por dificuldades, pondo em risco a dominação dos cafeicultores na década de 1920. É importante destacar que, nesse momento, a industrialização se desenvolvia em ritmo crescente; assim, grupos emergentes, almejando o desenvolvimento interno do país e uma maior participação política, interessaram-se pelo desenvolvimento industrial e comercial.

Inspirado em mudanças que o país vivenciava, um grupo de intelectuais e artistas realizou em São

¹ Versão ampliada da Comunicação apresentada originalmente na VII Jornada do Histedbr, realizada em setembro de 2007 em Campo Grande - MS.

Paulo, entre os dias 11 e 18 de fevereiro de 1922, uma manifestação artística e cultural importante na história do país, conhecida como a *Semana de Arte Moderna*. As propostas dos modernistas, dentre os quais podem ser citados Oswald de Andrade e Mário de Andrade, estavam centradas na redescoberta do povo brasileiro e na divulgação da arte popular. Esse movimento expressou e difundiu a cultura nacional, contribuindo para o fortalecimento e a valorização do sentimento nacionalista. Pascoal Lemme (2005, p. 167) aponta que a *Semana de Arte Moderna*,

Influenciada a princípio pelas novas correntes que se formaram na Europa do pós-guerra, nos campos das artes plásticas, na literatura e na música, conhecidas como o surrealismo, o futurismo, o dadaísmo, etc., adquiriu entre nós um poderoso caráter nacionalista que pregava nosso rompimento com os modelos europeus que então dominavam nossas manifestações artísticas. Impelia-nos, além disso, a nos voltar para as coisas de nosso país, para as características de nossa terra e de nossa gente, nossos costumes e realidades, que até então desprezávamos e desconhecíamos completamente.

A revolução de 1930² erradicou a dominação oligárquica cafeeira. Getúlio Vargas assumiu o poder, inicialmente provisório, com o apoio de diversos grupos sociais. Carvalho (2003, p. 87) destaca que o ano de 1930 foi “um divisor de águas na história do país”, sendo que, após essa data, aceleraram-se as mudanças sociais e políticas no Brasil, podendo ser verificado, sobretudo, um avanço dos direitos sociais³ dos cidadãos. A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi uma das primeiras medidas implantadas pelo governo, seguida, em anos posteriores, da expansão da legislação trabalhista e previdenciária.

² A “Revolução de 1930” foi um movimento armado liderado pelos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que, em 24 de outubro de 1930, levou à deposição do Presidente da República do Brasil, Washington Luís Pereira de Souza. Tal acontecimento marcou o término da Primeira República. O Brasil passou a ter no Executivo uma Junta Governativa Militar até o dia 3 de novembro de 1930, quando assumiu o poder, sob governo provisório, o Dr. Getúlio Dornelles Vargas, até então presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Vargas prometeu, em sua Plataforma, dentre diversas medidas, zelar pelos problemas vinculados à “assistência aos trabalhadores” e aos da “educação nacional” (NISKIER, 1995, p. 246).

³ “Os direitos sociais incluem ‘o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria’. Buscam garantir a participação dos indivíduos à ‘riqueza coletiva’ no social. Sua efetivação depende da atuação de uma forte e eficiente atividade do Poder Executivo. Permitem às sociedades reduzirem excessos de desigualdade social gerada pelo capitalismo e estabelecer um mínimo de bem estar à população. A idéia norteadora dos direitos sociais é a ‘justiça social.’” (CARVALHO, 2003, p. 10).

Por meio do Decreto nº 19.402⁴, de 14 de novembro de 1930, Getúlio Vargas criou o “Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública”, que teve como primeiro titular o político Francisco Luis da Silva Campos. Foi a segunda vez na República em que foi criada uma Secretaria de Estado destinada a atender questões referentes à instrução pública do país. O Decreto nº 346, de 19 de abril de 1890, havia criado uma Secretaria de Estado com a denominação “Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos”, cuja organização foi estabelecida pelo Decreto nº 733-A, de 5 de maio de 1980. Benjamin Constant foi o primeiro a se responsabilizar pelo Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos.

Carvalho (2003, p. 110) assegura que, no período de 1930 a 1945, deu-se ênfase à legislação social, mas tal legislação, tendo sido introduzida em ambiente de baixa ou nula participação política e de precária vigência de direitos civis, tornou duvidosa a definição dessa conquista como “democrática” e contribuinte para o desenvolvimento de uma “cidadania ativa”, pelo modo como se distribuíram os benefícios sociais.

Nos anos iniciais da década de 1930, o campo educacional estava fracionado, por um lado, pelos intelectuais e educadores que defendiam um ensino público gratuito, obrigatório, laico e de responsabilidade do governo, sendo esse o grupo dos reformadores; e, de outro, pelos intelectuais e educadores católicos que eram defensores de um modelo de educação pública que seguisse o ensino religioso. Pelo entendimento de Romanelli (1978), o grupo coordenado pelos *católicos* concebia a interferência do Estado como uma ameaça ao monopólio exercido sobre a educação e via, na coeducação e na laicidade, uma afronta aos princípios que defendia para a educação católica. Esses pensamentos estiveram expressos em reuniões promovidas pela Associação Brasileira de Educação⁵ (ABE).

O movimento em prol de mudanças na educação teve, na ABE, representatividade e divulgação.

⁴ Sobre os termos da redação do Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, ver Niskier (1995, p. 247).

⁵ A Associação Brasileira de Educação (ABE) foi fundada em 1924. Reunia intelectuais e profissionais da educação na realização das Conferências Nacionais de Educação, nas quais eram debatidas questões relacionadas à educação e ao ensino. A ABE realizou diversas conferências nacionais sobre a educação e a primeira delas ocorreu em 1927, na cidade de Curitiba.

Debates foram realizados de maneira a culminar na publicação do Manifesto em 1932 e em discussões em torno do projeto de lei das diretrizes e bases da educação nacional. A IV⁶ e a V conferências promovidas pela ABE desencadearam questões para a redação do Manifesto de 1932, tendo sido debatidos assuntos de muita importância, como a gratuidade, a laicidade e a obrigatoriedade do ensino, a coeducação e o plano nacional de ensino.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi direcionado ao povo e ao governo em março de 1932. Redigido por Fernando de Azevedo, que também escreveu a Introdução ao Manifesto, e assinado por 25 intelectuais, totalizando 26 educadores a assinarem o documento em campanha pela educação nacional, o mesmo foi primeiramente publicado pela imprensa e, posteriormente, pela Companhia Editora Nacional.

O Manifesto de 1932 defendeu uma reforma na estrutura organizacional de todo o campo da educação. Enfatizou a defesa da escola pública, gratuita e laica e das práticas educativas apoiadas em métodos pedagógicos científicos, centrados no aluno. Expressou ideal reformista e foi fruto do movimento educacional que se iniciou por volta da década de 1920.

Diversas reformas foram realizadas em diferentes estados brasileiros, com o intuito de promover mudanças na área da educação do país, constituindo-se em um prenúncio das reformas desenvolvidas a partir da década de 1930. Em 1920, Sampaio Dória realizou uma Reforma da educação em São Paulo; em 1922/23, Lourenço Filho empreendeu uma Reforma no Ceará; José Augusto, em 1925/28, implantou uma Reforma no Rio Grande do Norte. Houve também as Reformas realizadas por Carneiro Leão no Distrito Federal (1922/26) e em Pernambuco (1928); a Reforma realizada no Paraná (1927/28) por Lysímaco da Costa; a de Minas Gerais (1927/28), por Francisco Campos; a do Distrito Federal (1928), por Fernando de Azevedo; e a da

⁶ A IV Conferência Nacional de Educação da ABE foi realizada no Rio de Janeiro, em dezembro de 1931. Dela originou-se a ideia de declaração de princípios do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Formou-se o momento de “definir”, “circunscrever” e “dominar” o programa da nova política de educação sob uma vista “totalizante”, “orgânica” e “sintética” de novas e modernas teorias educacionais, cuja essência estabeleceu o “novo sistema de fins sobreposto ao sistema de meios”; formou-se, assim, um sistema apropriado aos novos fins e necessário para que estes fossem atingidos (AZEVEDO, 1932, p. 23).

Bahia (1928), por Anísio Teixeira (LEME, 2005). Tais reformas foram vistas por Fernando de Azevedo (1932) como importantes “meios” para o desenvolvimento e a efetivação de novos fins da educação: “O que caracteriza nitidamente desde o início, é mais do que uma tendencia, um esforço para realizar, um idealismo constructor que, na plena posse dos novos fins da educação, soube coordenar e systematizar os meios para atingi-los.” (AZEVEDO, 1932, p. 22, grifo nosso).

A fundamentação de novas “finalidades educacionais” e a apropriação do tal “idealismo constructor” a que Fernando de Azevedo se referia foram propagadas na área da educação, sobretudo, pela contribuição da ABE. Pascoal Lemme (2005) atribui imensa importância a essa organização, pela propulsão do movimento renovador, tendo ela colaborado decisivamente na liderança de todos os movimentos de renovação de ensino e educação que ocorreram no país nessa época, ao promover conferências, cursos, debates e palestras em apoio ao movimento.

As atividades promovidas pela ABE foram de tal importância que se pode afirmar, sem exagero, que ninguém conseguirá escrever a história da educação do Brasil sem compulsar, pelo menos, as atas dessa agremiação e os anais das referidas conferências nacionais de educação. (LEMME, 2005, p. 169).

Vejamos a seguir a concepção de educação propagada pelo *Manifesto* de 1932 e as discussões dos signatários do movimento renovador, relacionadas ao papel da educação na sociedade brasileira e ao ensino fundamentado em finalidades úteis à formação do indivíduo no âmbito social.

A educação no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e o ensino na perspectiva escolanovista: “finalidades” e “meios” educacionais

[...] um educador p^ode bem ser um philosopho e deve ter a sua philosophia de educação; mas, trabalhando scientificamente nesse terreno, elle deve estar tão interessado na determinação dos fins da educação, quanto tambem dos meios de realizal-os. (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932, p. 35, grifo nosso).⁷

⁷ No decorrer deste artigo, manteve-se a grafia dos textos “Manifesto dos

A discussão sobre as finalidades da educação explicitada no Manifesto, aqui entendida como uma discussão que envolve certas concepções de educação, de ensino e de aluno, expressa a opinião sobre o indivíduo a ser preparado para a sociedade e, ao mesmo tempo, a importância de considerar os “meios” de tornar essa preparação possível e eficaz, com base no entendimento do que vem a ser o aluno em processo de aprendizagem. Os “meios” seriam a concepção e os métodos de ensino aplicáveis para a educação do sujeito, valorizando-o como indivíduo único e, também, participativo no processo de ensino-aprendizagem; além disso, abarcariam a própria organização da educação em relação à seriação do ensino, que, na época da redação do Manifesto, encontrava-se desarticulado e desorganizado, apresentando diferentes características conforme as regiões da nação.

Assim, “reformas” no ensino foram vistas como um “meio” de possibilitar o desenvolvimento da educação no país e a democracia social. O Estado foi considerado como órgão importante na oferta do ensino acessível e de qualidade a todos, tendo sido o responsável pela organização de um sistema educativo unitário no país.

Mas, de todos os deveres que incumbem ao Estado, o que exige maior capacidade de dedicação e justifica maior soma de sacrifícios; aquele com que não é possível transigir sem a perda irreparável de algumas gerações; aquele cujo cumprimento dos erros praticados se projetam mais longe nas suas consequências, agravando-se à medida que recuam no tempo; o dever mais alto, mais penoso e mais grave é, de certo, o da educação, dando ao povo a consciência desse mesmo e de seus destinos e a força para afirmar-se e realizá-los, entretém, cultiva e perpetua a identidade da consciência nacional, na sua comunhão íntima com a consciência humana. (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932, p. 74).

Fernando de Azevedo, na *Introdução* ao Manifesto (AZEVEDO, 1932), destacou a necessidade de a educação acompanhar as mudanças sociais, de civilização e progresso científico. Apontou que, ao constatar as conquistas da civilização, era possível perceber a salvação do homem pela adaptação de

sua vida às descobertas e às invenções mecânicas, ou seja, pela sua adaptação ao progresso da civilização material, provocado por ele mesmo. As descobertas que certamente governavam e determinavam os acontecimentos beneficiavam a vida do homem. Nesse contexto, a filosofia que deveria inspirar a educação era de caráter científico, fundamentada na busca de verdades; assim, buscava-se uma filosofia com ares e métodos de ciência.

Para Fernando de Azevedo (AZEVEDO, 1932), a realidade da educação, naquele momento, se apresentava estagnada, com características tradicionais. Percebia-se que a educação não estava alcançando a sociedade, que havia se renovado pela própria ação do homem, por sua inteligência e conhecimento científico, que possibilitaria transformação social. Na visão do autor, bem como na dos signatários do Manifesto, o conhecimento científico era importante na vida do homem e deveria ser valorizado na educação. O Manifesto de 1932 destacou a educação superior como o grau de ensino destinado a elaborar, criar e difundir a ciência.

O Manifesto expressou a ideia da necessidade de reformas significativas na área da educação, contrapondo-se à organização do ensino tradicional vigente em relação às concepções de educação e de ensino. Defendia ser preciso discutir a educação pensando no bem comum, e não em interesses particulares.

A nossa educação, estranha às realidades nacionais e tradicionalmente baseada no humanismo, correspondia à política educativa do império, em que emperrada na escola secundária, de tipo clássico, estritamente literário, o problema da educação nacional, nos seus dois aspectos fundamentais, das universidades da educação popular, nunca se desprende das aspirações e formulas vagas. Os debates parlamentares e as lutas políticas que se travavam “em torno do poder” e raramente “em torno de problemas”, podiam satisfazer a esse pequeno público das classes médias, de formação acadêmica cujos aplausos se reservavam aos homens que se disputavam a primazia, nas astúcias dos manejos políticos ou no brilho dos torneios oratórios. (AZEVEDO, 1932, p. 18, grifo do autor).

A ideia era a de que anos se passaram e o ensino brasileiro continuava com as mesmas características, ou seja, reformas eram realizadas, porém

Pioneiros da Educação Nova (1932)” e “Introdução ao Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (AZEVEDO, 1932).

não se almejavam modificações profundas no ensino. Assim, o que prevalecia, naquele momento, era uma educação que não correspondia às novas necessidades. O ensino característico encontrava-se desorganizado e desarticulado, a exemplo do ensino existente em outros momentos históricos do país, como no Império, em que o ensino se caracterizou por aulas avulsas e sem continuidade entre si, dotadas de conteúdos fragmentados e desarticulados e de métodos de ensino baseados, sobretudo, na repetição e memorização. Nas palavras de Azevedo, permanecia uma “alma antiga para um mundo novo”, ou seja, as mesmas discussões acerca da educação e de uma prática educativa tradicional, vista como ineficaz para aquele momento no qual emergiam novas necessidades da educação para atender às exigências da sociedade que se desenvolvia. Em vista disso, os intelectuais, no Manifesto de 1932, buscaram apresentar uma nova concepção de educação e de ensino.

Esse documento publico que teve a mais larga repercussão, foi inspirado pela necessidade de precisar o conceito e os objectivos da nova política educacional e desenvolver um esforço methodico, rigorosamente animado por um criterio superior e pontos de vista firmes, dando a todos os elementos filiados á nova corrente as normas basicas e os principios cardeaes para avancarem com segurança e eficiencia nos seus trabalhos. Não é apenas uma bandeira revolucionaria cuja empenhadora foi feita para as mãos dos verdadeiros reformadores, capazes de sacrificar pelos ideaes communs a sua tranquillidade, a sua energia e a sua propria vida; é um código em que se inscreveu, com as theorias da nova educação inflectidas para um pragmatismo reformador, um programa completo de reconstrucção educacional, que será mais cedo mais tarde a tarefa gigantesca das elites coordenadoras das forças historicas e sociaes do povo, no seu periodo critico de evolução (AZEVEDO, 1934, p. 23-24).

Na perspectiva dos signatários do Manifesto de 1932, a falta de uma concepção fundamentada na educação acarretava o problema de aplicabilidade de meios eficazes para torná-la real. Fazia-se mister organizar a concepção científica de educação, de ensino e de aluno.

Onde se tem de procurar a causa principal desse estado antes de inorganização do que de desorganização

do aparelho escolar, é na falta, em quasi todos os planos e iniciativas, da determinação dos fins de educação (aspecto philosophico e social) e da applicação (aspecto technico) dos methodos scientificos aos problemas de educação. (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932, p. 34).

Na perspectiva dos signatários do Manifesto, as reformas anteriores, em especial as realizadas em outros momentos históricos, foram pensadas e implementadas por intelectuais que não levaram em conta uma visão global do problema educativo. Era preciso atribuir à educação novas finalidades, uma nova concepção de educação e novos métodos pedagógicos pertinentes ao momento de renovação e mudanças que a sociedade estava vivenciando. O indivíduo precisava ser educado para a vida em sociedade; para tanto, a educação era considerada fundamental para sua formação cognitiva e para o desenvolvimento de sua personalidade.

A cada epoca, na marcha da civilização, correspondem processos novos de educação para uma adaptação constante ás novas coondições da vida social e á satisfação de suas tendencias e de suas necessidades. As idéas e as instituições pedagogicas são essencialmente “o producto de realidades sociaes e políticas”. (AZEVEDO, 1932, p. 25, grifo do autor).

O ambiente escolar, no Manifesto de 1932, foi visto como um significativo espaço de formação dos sentimentos altruístas, de solidariedade, de respeito e cooperação. A escola foi posta como o local onde todas as classes poderiam se encontrar em fraternidade e os indivíduos, concebidos como únicos, teriam todo o direito de acesso à educação, independentemente de suas condições financeiras. Assim, os signatários hastearam a bandeira da democracia, discutindo a necessidade da resolução dos problemas do ensino para a oferta de uma “possível” educação democrática.

Era preciso, pois, examinar os problemas de educação do ponto de vista não de uma estatica social (que não existe senão por abstracção), mas de uma sociedade em movimento; não dos interesses da classe dirigente, mas dos interesses geraes (de todos), para poder abraçar, pela escola que é uma instituição social, um horizonte cada vez mais largo, e atender, nos systemas escolares á variedade

das necessidades dos grupos sociais. (AZEVEDO, 1932, p. 25-26).

Segundo Sonia Câmara (2003), era ao “povo” que os signatários direcionaram as propostas referentes à educação pelo trabalho e a ideia da escola organizada como uma comunidade em miniatura e como importante centro de criação e difusão das atividades educativas. Era o povo que eles pretendiam atingir por intermédio da educação, introduzindo os indivíduos no mundo dos alfabetizados e produtivos. E o povo que eles buscavam como aliado na luta contra os intelectuais católicos era o leitor esclarecido, capaz de juntar-se a eles na defesa das causas do ensino.

Os signatários acreditavam na possível mudança do ensino pela conscientização da importância da educação e da instituição educacional para o sujeito e a sociedade.

A transformação de nosso regime educacional, de acordo com o manifesto, não tem apenas, por si, o espírito actual e vivo que lhe está immanente, e os fundamentos científicos e filosóficos em que se apoia, mas a consciência do papel que a escola deve desempenhar não só na formação do espírito e da unidade nacional, como na aproximação dos homens e no restabelecimento do equilíbrio social, realizando pela integração da escola na sociedade (socialização da escola), a integração, no grupo e na vida social, do indivíduo cada vez mais isolado entre um grupo familiar que se atrofia e se desagrega e uma sociedade tornada imensa. (AZEVEDO, 1932, p. 30).

O Manifesto de 1932 apresenta o educador como um indivíduo cuja visão sobre o homem e a sociedade deve ser ampla, um indivíduo capaz de refletir perante os problemas pedagógicos e que possua métodos embasados em uma concepção científica. Conscientes da influência que a instituição educativa exerce sobre o indivíduo e da influência que o próprio indivíduo exerce sobre si mesmo, considerado um participante no processo de sua aprendizagem, os signatários do documento afirmavam que

[...] a educação [...] não pôde, ao menos em grande proporção, realizar-se senão pela acção extensa e intensiva da escola sobre o indivíduo e deste sobre si mesmo, nem produzir-se, do ponto de vista das influencias exteriores, senão por uma evolução continua, favorecida e estimulada por todas as

forças organizadas de cultura e de educação. (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932, p. 40).

As finalidades da educação eram embasadas em uma concepção de vida e de um ideal. É importante destacar que, no decorrer da história, o conteúdo desse ideal variou sempre de acordo com a estrutura e as tendências sociais da época, conforme o documento supracitado.

Para os signatários, a educação nova proposta no Manifesto ampliava as finalidades da educação para além dos limites das classes sociais. A educação, nesse sentido, assumia um caráter mais humano, expressando sua verdadeira função social. Era preciso que a educação formasse a “hierarquia democrática” sobreposta pela “hierarquia das capacidades” do indivíduo e não das classes sociais, com a finalidade não de servir aos interesses de classes privilegiadas, mas sim aos interesses do próprio indivíduo, buscando articular a escola com o meio social. A educação possuía um ideal condicionado pela sociedade atual, porém valorizava, sobretudo, o humano, a solidariedade, o serviço social e a cooperação. Tratava-se de uma educação pragmática cuja finalidade era servir aos interesses do indivíduo e ao trabalho. Era objetivo dos manifestantes:

A escola socializada, reconstituída sobre a base da actividade e da produção, em que se considera o trabalho como a melhor maneira de estudar a realidade em geral (aquisição activa da cultura) e a melhor maneira de estudar o trabalho em si mesmo, como fundamento da sociedade humana, se organizou para remontar a corrente a restabelecer, entre os homens, o espírito de disciplina, solidariedade e cooperação, por uma profunda obra social que ultrapassa largamente o quadro estreito dos interesses de classes. (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932, p. 43).

Na perspectiva apresentada pelo Manifesto, a educação era considerada como possuidora de uma função social e pública. Os signatários defendiam uma escola comum ou única, e igual para todos. Uma educação que visasse a desenvolver, ao máximo, todas as capacidades vitais do ser humano; assim, ter-se-ia uma só função educacional para os diferentes graus destinados a servir às diferentes fases do desenvolvimento do aluno.

O Manifesto defendia que a escola deveria oferecer à criança um ambiente educativo natural, alegre e estimulante, favorável para as experiências e o desenvolvimento das atividades espontâneas do aluno. Um espaço dinâmico ligado à comunidade e à sociedade, pois o indivíduo deveria estar em contato com o mundo e a vida que o cercava. A escola foi, então, concebida como uma instituição social limitada, com base na ideia de que o aluno aprendia não somente na escola institucionalizada, mas também por meio de outras experiências vivenciadas. Nessa concepção, a família, o ambiente social, a comunidade e a vida, com suas experiências, também formavam o homem. Dessa forma, o Manifesto expressava ideais escolanovistas.

Segundo os ideais escolanovistas, a escola era um ambiente importante e o ensino deveria ser centrado no aluno, em respeito à sua individualidade e à sua personalidade, valorizando o trabalho em grupo. A educação deveria buscar o desenvolvimento e a autorrealização do aluno, que possuía liberdade para aprender. O professor era visto como o “facilitador” do processo de ensino-aprendizagem, devendo “auxiliar” o aluno em seu desenvolvimento livre e espontâneo, aconselhando-o, orientando-o e tendo respeito por ele. O aluno, por sua vez, era considerado o sujeito central na aprendizagem e o seu fator psicológico deveria ser levado em conta no momento da aprendizagem. O método de ensino deveria então considerar as características psicológicas do aluno, próprias de cada idade (BEHRENS, 2003).

Educação, Cidadania e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)

A ideia da necessidade de modernização da sociedade brasileira intensificou-se nas décadas iniciais do século XX. Mudanças foram provocadas no campo político nacional pelo estabelecimento da República, que se deu no final do século XIX. Esta exigia, no novo momento, mudanças mais amplas na sociedade e na economia. A economia iria se modernizar com o desenvolvimento industrial, de transportes e meios de comunicação, propiciando a utilização de maquinários, estradas de ferro, telégrafo, entre outros, na consolidação do regime do país (MACHADO, 2005).

Em meio a significativas mudanças, eram necessárias ainda transformações mais amplas, que possibilitassem o preparo do trabalhador nacional para as novas relações de trabalho. Para tanto, a educação do indivíduo foi vista como um meio de preparação do sujeito para a sociedade. A educação permitiria também a difusão da cultura, necessária à expansão do capitalismo, como maneira de integrar o país ao mercado mundial globalizado, que se destacava no final do século XIX e início do século XX, em uma fase da sociedade burguesa denominada Imperialismo.

O trabalho foi visto e exposto no Manifesto de 1932 como uma importante atividade educativa, um método para formar homens cultos e úteis sob todos os aspectos. Dessa forma, a escola contribuiria para a formação da personalidade moral.

O trabalho, a solidariedade social e a cooperação, em que repousa a ampla utilidade das experiências; a consciencia social que nos leva a compreender as necessidades do indivíduo através das da comunidade, e o espírito de justiça, de renúncia e de disciplina, não são, aliás, grandes “valores permanentes” que elevam a alma, ennobrecem o coração e fortificam a vontade, dando expressão e valor à vida humana? (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932, p. 44, grifo do autor).

[...] A escola nova, que tem de obedecer a esta lei, deve ser reorganizada de maneira que o trabalho seja seu elemento formador, favorecendo a expansão das energias criadoras do educando, procurando estimular-lhe o próprio esforço como o elemento mais eficiente em sua educação e preparando-o com o trabalho em grupos e todas as actividades pedagógicas e sociais, para fazê-lo penetrar na corrente do progresso material e espiritual na sociedade de proveito e em que vá viver e lutar. (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932, p. 55-56).

A educação foi vista como elemento essencial na alfabetização e civilização da população brasileira. Prepararia o homem para as novas necessidades, consolidando o modo político e econômico que se desenvolvia no país.

Na perspectiva de Anísio Teixeira (2000), que foi um dos signatários do manifesto e ativo propagador dos ideários escolanovistas, a escola prepararia

para a vida. No ambiente educacional, os indivíduos assimilariam conteúdos de maneira sistematizada, objetivando compreender as relações políticas, sociais e econômicas existentes na sociedade. A escola deveria formar o homem bondoso, gentil e tolerante, de acordo com os princípios liberais; um homem que buscasse riqueza, harmonia e liberdade, no ambiente de transformação e progresso, impulsionado pela industrialização. Desse modo, o modelo social a ser mantido era o modelo burguês.

O programa do Manifesto destacou, como já apontado, a ideia de formação integral e natural do indivíduo. Os sujeitos foram concebidos como possuidores de uma única personalidade, que deveria ser respeitada; assim, acentuou-se a ideia de que a escola não deveria ter um único método pedagógico nem exigir que todos aprendessem da mesma forma. O que deveria ser comum era a noção de que todos teriam deveres para com a sociedade, isto é, deveriam trabalhar, ser disciplinados, cooperativos e solidários. Tão importante quanto o conteúdo a ser veiculado pela escola era a “formação moral do indivíduo”. Era preciso a criação de um meio escolar natural e social que proporcionasse e estimulasse o desenvolvimento do espírito de solidariedade e cooperação social. A esse respeito, Lemme (2005, p. 172) destaca:

O documento é permeado por uma concepção de educação natural e integral do indivíduo, com respeito à personalidade de cada um, mas, ao mesmo tempo, sem esquecer que o homem é um ser social e tem por isso deveres para com a sociedade: de trabalho, de cooperação e de solidariedade. Seria, assim, uma educação acima das classes, que não se destinaria a servir a nenhum grupo particular, mas aos interesses do indivíduo e da sociedade em geral, que não devem ser conflitantes.

O Manifesto propunha a reconstrução do sistema educacional, fundamentando-se em bases que, na perspectiva dos signatários, pudessem contribuir para a interpretação das classes sociais e a formação de uma sociedade humana mais justa, tendo por objeto a organização de uma escola unificada, desde o jardim de infância à universidade, “em vista da seleção dos melhores”; portanto, estimular-se-ia tanto o máximo desenvolvimento dos “normais” (escola comum), como o tratamento especial de “anormais, subnormais e supernormais” (classes diferentes e

escolas especiais) (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932).

A moral se tornou um assunto fundamental a ser transmitido pelo educador, visando à formação do cidadão nacional. A educação possibilitaria a conscientização pelo indivíduo de seus deveres para com a sociedade e a nação brasileira, o desenvolvimento da noção de respeito e auxílio ao próximo, assim como de amor à pátria. Esta deveria expandir e sustentar a noção de que todos os indivíduos, independentemente da situação econômica que possuíam, tinham deveres para com a sociedade. O trabalho, a disciplina, a cooperação e a solidariedade eram elementos fundamentais a serem cultivados, estimulando a exacerbação do sentimento altruísta, com vistas ao bem comum. Vinculada à educação moral, a educação cívica era tida como uma de suas faces. Tratava-se, eminentemente, da educação patriótica alicerçada nos valores morais e intimamente relacionada com a história e a geografia.

Na busca da compreensão das ideias filosóficas e educacionais que possam permear um ensino moral e cívico, recorre-se a Alfred Fouillée (s.d.) e Gabriel Compayré (1908). De acordo com Alfred Fouillée (s.d.), a ideia do liberalismo moral e cívico no ensino consiste em não empregar o saber senão como um meio de realizar um fim superior a ele: o desenvolvimento da inteligência pelo estudo da verdade, da sensibilidade, do belo, da vontade e do bem, sendo essa concepção, liberal por si mesma, moral e moralizadora. Para o referido autor (FOUILLÉE, s.d.), as grandes ideias e os grandes sentimentos que elas excitam e que fundamentam a “força” são o único meio de educação.

Na concepção de Alfred Fouillée (s.d.), para humanizar as ciências, era necessário iniciar todos os professores na psicologia científica, na lógica, na moral científica, nas doutrinas filosóficas ou científicas sobre a natureza e a vida. Os mestres e os alunos deveriam possuir saber e cultura, e, sobretudo, os mestres deveriam possuir espírito filosófico, que é o que torna educador o ensino de letras, de história e de ciências. A pedagogia é por ele vista como a junção da psicologia, da lógica e da moral, aplicadas à educação na formação do sujeito.

Segundo Gabriel Compayré (1908), a educação da moralidade exige esforço interior e pessoal. A consciência moral se desenvolve lentamente,

por meio de uma lenta elaboração das experiências e das reflexões da criança. Ela não se desenvolve se não houver condições determinadas por influências, ou seja, precisa ser estimulada pelo meio, pelos exemplos e pelas lições de educação. Se acaso uma dessas condições e influências vier a faltar, a consciência pode permanecer confusa e incompleta. Nesse sentido, uma criança mal educada pode tornar as noções morais obscuras, envolvendo-as em preconceitos e ideias falsas. Agir moralmente é exercer uma vontade, é agir conscientemente por uma inspiração interior, é distanciar-se dos desejos maldosos, opondo forças de sua personalidade às influências exteriores, o que se torna possível pelo grau de desenvolvimento intelectual, adquirido por intermédio da educação.

A prática da virtude e o cumprimento do dever devem ser o objetivo supremo da educação humana. A instrução só é válida se encaminhar-se ou limitar-se a fins morais. O homem influi sobre o que ele quer e, educado, pode tomar rumos fundamentais. São os sentimentos que dirigem o mundo e governam os homens, porém a inteligência esclarecida age sobre os sentimentos. Para que a criança decida praticar um “ato de justiça”, de “generosidade”, de “devotamento patriótico”, é importante que tenha compreendido a utilidade e beleza desses atos. Assim, a educação intelectual pode preparar a educação moral e conduzir, em seus diversos ensinamentos, a uma base sólida da ação. Ela não somente instrui, mas também educa moralmente, completa Compayré em sua afirmação (1908).

Faz-se necessário ainda, na análise da questão da educação e cidadania no Manifesto, destacar a ideia de “educação para todos”, presente no documento. O Manifesto estabeleceu a defesa da Escola Pública, posicionando-se a favor da gratuidade e laicidade do ensino público para propiciar o acesso de toda a população; além disso, defendeu a coeducação dos sexos, na expressão da igualdade de direitos entre meninos e meninas ao mesmo ensino.

Com a ideia de educação como um direito individual de todos e do Estado como o órgão responsável por assegurar tais direitos, o documento expressou, naquele momento, o fortalecimento da defesa e a necessidade de expansão dos direitos sociais do cidadão nacional. Os adeptos do movimento renovador criticaram o fato de a educação, na época,

ter atingido uma pequena parcela da população, tornando-se um privilégio da classe detentora do poder econômico. Grande parcela da população era analfabeta, e ampliar as condições de acesso à educação e elevar a qualidade do ensino eram, na concepção dos signatários do Manifesto, uma possibilidade de estabelecimento de democracia no país.

O princípio de igualdade de oportunidades para todos ou, em outras palavras, de garantia dos direitos individuais e sociais do cidadão foi uma ideia que norteou as discussões sobre a necessidade de mudanças na estrutura do ensino brasileiro, com vistas ao desenvolvimento da nação. Esta, por sua vez, receberia cidadãos conscientes de seus deveres para com a pátria e trabalhadores preparados para as novas condições de trabalho, que se diversificava pela expansão da industrialização.

Considerações finais

Para Sônia Câmara (2003), a “missão” pensada e concebida pelos intelectuais signatários do Manifesto de 1932 identificou-se com o ideário de construção de um país moderno. A modernização do país somente seria atingida com a urbanização e a industrialização da sociedade. Isso levou à exigência de repensar a cidade e as condições de educação e de escolaridade ofertadas à população, pois a educação foi vista como elemento fundamental para o fortalecimento da unidade nacional brasileira. As novas gerações poderiam assimilar, pela educação, os valores culturais. Na concepção dos renovadores, os problemas relacionados à educação precisavam ser solucionados para a constituição de um país moderno e civilizado. Assim, a proposta referenciou a educação como um elemento capaz de instaurar inovações necessárias para o progresso social.

Romanelli (1978), ao discutir o significado histórico do documento, aponta que o mesmo, ao apresentar a educação como um direito individual de todos, afirmando o dever do Estado de assegurá-la à população por meio de uma escola gratuita, obrigatória e laica, opondo-se, assim, ao sentido de educação como privilégio de poucos, considerou a educação como um problema social. Nesse sentido, tratava-se de um discurso avançado para a época.

Ao abordar a educação como problema social, o Manifesto traçou novas diretrizes para o estudo da educação no país e possibilitou certa conscientização

dos educadores acerca dos problemas existentes na área da educação brasileira e da necessidade de saná-los. Por isso, tal documento representou a reivindicação de mudanças significativas na estrutura do ensino nacional, a fim de atender as necessidades exigidas no momento, por conta do desenvolvimento da sociedade da época, que passava por intensas transformações, em virtude, sobretudo, da ascensão de novas classes sociais.

Saviani (2004) afirma que o Manifesto de 1932 possui imenso valor histórico na área de investigação sobre a educação, consistindo em um importante legado deixado pelo século XX e um documento de política educacional que, além da defesa da escola nova, coloca em causa a defesa da escola pública. Foi uma proposta de construção de um sistema nacional de educação pública, ancorada na ideia de uma reconstrução social por meio da reconstrução educacional. Seu ideário inspirou as gerações posteriores, influenciando a teoria da educação, a política educacional e a prática pedagógica em todo o país.

Diretrizes e posições estabelecidas no Manifesto de 1932 influíram os debates da Constituição de 1934, que estabeleceu, em seu art. 150, a competência da União de fixar um plano nacional de educação, assim como de coordenar e fiscalizar a execução desse plano em todo o território do país. Desse modo, a Constituição fixou, como responsabilidade da União, traçar as diretrizes da educação nacional.

Além disso, o projeto educacional do Manifesto expressou a ideia de formação dos indivíduos por intermédio da educação, para o exercício da cidadania. Essa compreensão implica conceber a educação como um meio capaz de preparar o homem para a sociedade industrial em processo de consolidação e para o exercício do voto, por meio do governo representativo.

Assim, o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932, por abordar questões relativas à educação e ao ensino, em um contexto decisivo de organização política e social do país, destaca-se como um importante documento para a compreensão da história da educação brasileira, tornando-se uma obra significativa para o entendimento do pensamento pedagógico nacional, bem como das políticas educacionais brasileiras.

Referências

- AZEVEDO, Fernando de. Introdução ao Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. In: **A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo – Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932. p. 7 – 30.
- BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 2003.
- CAMARA, Sônia. “Progredir ou desaparecer”: o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 como itinerário para a construção de um Brasil moderno. In: MAGALDI, Ana Maria; GONDRA, José G. (Orgs.). **A reorganização do campo educacional no Brasil: manifestações, manifestos e manifestantes**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 29-44.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COMPAYRÉ, Gabriel. **L’education intellectuelle et morale**. Paris: Librairie Classique Paul Delaplane, 1908.
- FOUILLÉE, Alfred. **La conception morale e civique de l’enseignement**. Paris: Editions de la Revue Bleue, s.d.
- LEMME, Paschoal. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 86, n. 212, p. 163-178. jan./abr. 2005.
- MACHADO, Maria Cristina Gomes. Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932) e a construção do sistema nacional de ensino no Brasil. In: ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Fátima Maria (Orgs.). **Sociologia: fundamentos históricos da educação no Brasil**. Maringá: EDUEM, 2005. p. 111-128.
- MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932). In: **A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo – Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932. p. 31 – 75.
- NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Consultor, 1995.
- TEIXEIRA, Anísio. **Pequena Introdução à filosofia da educação: a escola progressiva, ou a transformação da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.
- SAVIANI, Dermeval. O Legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: _____; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 11-57.

Recebido para publicação: 10/12/2011

Aceito para publicação: 13/05/2012

